

**Inquérito Civil n. 06.2019.00004122-1.**

## **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua Promotora de Justiça, Cristina Elaine Thomé, de um lado, doravante denominado **COMPROMITENTE** e de outro, **LAR MARICHA WILL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 34.935.212/0001-82, localizada na rua Vereador Vidal Procópio Lohn, n. 139, bairro Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC, CEP n. 88.140-000, neste ato representada por sua representante legal, Sra. **Meire Cristina dos Santos Fontana**, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00004122-1, ora em tramitação nesta 1ª Promotoria de Justiça, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar n. 738/2019 (Consolida as Leis que Instituem a Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina); e

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público incumbe a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CRFB/88), bem como a tutela de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CRFB/88);

**CONSIDERANDO** que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida (art. 230, *caput*, da CRFB/88);

**CONSIDERANDO** que, em atenção ao supracitado dispositivo constitucional, a fim de garantir a proteção ao idoso foi criada a Lei n. 10.741/03 (Estatuto do Idoso);

**CONSIDERANDO** o disposto nos art. 25, inc. VI, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 52 do Estatuto do Idoso, os quais autorizam o Ministério Público a fiscalizar as entidades que abriguem idosos;

**CONSIDERANDO** que as regras estabelecidas pela Resolução – RDC/ANVISA n. 283/05, referentes ao padrão mínimo de funcionamento das instituições de longa permanência para idosos (ILPI), visam garantir a população idosa os direitos assegurados pela legislação, bem como prevenir e reduzir os riscos

à saúde destes, mediante a qualificação da prestação do serviço das referidas instituições;

**CONSIDERANDO** que o art. 2º da Lei n. 10.741/03 (Estatuto do Idoso) dispõe que *"o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade"*.

**CONSIDERANDO** que o parágrafo único do art. 48 da Lei n. 10.741/03 (Estatuto do Idoso) estabelece que "as entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso ficam sujeitas à inscrição de seus programas, junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, especificando os regimes de atendimento, observados os seguintes requisitos: i) oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança; ii) apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis com os princípios desta Lei; iii) estar regularmente constituída; iv) demonstrar a idoneidade de seus dirigentes".

**CONSIDERANDO** que o art. 50 da Lei n. 10.741/03 (Estatuto do Idoso) elenca como obrigações das entidades de atendimento: "i) celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso; ii) observar os direitos e as garantias de que são titulares os idosos; iii) fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente; iv) oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade; v) oferecer atendimento personalizado; vi) diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares; vii) oferecer acomodações apropriadas para recebimento de visitas; viii) proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso; ix) promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer; x) propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças; xi) proceder a estudo social e pessoal de cada caso; xii) comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de doenças infecto-contagiosas; xiii) providenciar ou solicitar que o Ministério Público requisiute os

documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da lei; xiv) fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receberem dos idosos; xv) manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, bem como o valor de contribuições, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento; xvi) comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares";

**CONSIDERANDO** que a instrução do presente procedimento revelou irregularidades de diversas ordens na constituição e no funcionamento da ILPI denominada Lar São Jorge em desrespeito a legislação que rege o regular funcionamento das instituições desta natureza, como o Estatuto do Idoso e a RDC/ANVISA n. 283/05;

**CONSIDERANDO** que as irregularidades, a priori, são sanáveis, sendo desnecessário, no momento, a aplicação das penalidades previstas no artigo 55 do Estatuto do Idoso, mormente porque a proprietária da entidade possui interesse em adequar-se integralmente às normas vigentes para Instituições de Longa Permanência de Idosos;

**RESOLVEM** celebrar, com espeque no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), mediante as seguintes cláusulas:

### **1. DO OBJETO:**

**Cláusula 1ª:** Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto sanar as irregularidades constatadas na Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI denominada "Lar Maricha Will", a fim de adequá-la aos requisitos exigidos na RDC ANVISA n. 283/2005, na forma e nos prazo máximos designados em suas Cláusulas, que deverão ser computados a partir da data de sua assinatura.

### **2. DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA:**

#### **2.1. DA ORGANIZAÇÃO:**

**Cláusula 2ª:** A Compromissária compromete-se, no prazo de 90

(noventa) dias, a contar da assinatura do presente TAC, a respeitar a idade público alvo, não recebendo pessoas com idade inferior a 60 (sessenta) anos de idade, salvo na hipótese de obtenção de ordem judicial prévia, e nem ultrapassar a sua capacidade de atendimento (a ser constatada).

**Cláusula 3ª:** A Compromissária compromete-se, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do presente TAC, a obter alvará sanitário atualizado expedido pelo órgão sanitário competente, de acordo com o estabelecido na Lei n. 6.437, de 20 de agosto de 1977.

**Cláusula 4ª:** A Compromissária compromete-se, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do presente TAC, a promover a inscrição de seu programa junto ao Conselho Municipal do Idoso, em conformidade com o Parágrafo Único do art. 48 da Lei n. 10.741/03.

**Cláusula 5ª:** A Compromissária compromete-se, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do presente TAC, provar que está legalmente constituída e apresentar, nesta 1ª Promotoria de Justiça: **a)** Estatuto registrado; Registro de entidade social e; Regimento Interno; **b)** a contratação de um Responsável Técnico - RT pelo serviço, que responderá pela instituição junto à autoridade sanitária local, com formação de nível superior; **c)** contrato formal de prestação de serviço com todos os idosos, responsável legal ou Curador, em caso de interdição judicial, especificando o tipo de serviço prestado bem como os direitos e as obrigações da entidade e do usuário em conformidade com inciso I artigo 50 da Lei n. 10.741 de 2003; **d)** projeto de viabilidade econômico-financeira da Instituição.

**Cláusula 6ª:** A Compromissária compromete-se, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do presente TAC, a organizar e manter atualizados e com fácil acesso, os documentos necessários à fiscalização, avaliação e controle social.

**Parágrafo único:** A instituição poderá terceirizar os serviços de alimentação, limpeza e lavanderia, sendo obrigatória à apresentação do contrato e da cópia do alvará sanitário da empresa terceirizada. Em caso de terceirização destes serviços está dispensada de manter quadro de pessoal próprio e área física específica para os respectivos serviços.

**Cláusula 7ª:** A Compromissária compromete-se, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do presente TAC, a incluir em seu contrato de

prestação de serviços, disposição expressa, na hipótese de participação do idoso no custeio da entidade, que a participação não excederá a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso.

**Parágrafo único:** A Compromissária compromete-se, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do presente TAC, notificar, por escrito e mediante assinatura do notificado, os representantes legais dos idosos acolhidos no sentido de que na hipótese de participação do idoso no custeio da entidade, que a participação não excederá a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso;

**Cláusula 8ª:** A Compromissária compromete-se, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do presente TAC, nas hipóteses de participação do idoso no custeio da entidade e em que o benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso é sacado por terceiro, em exigir instrumento procuratório ou, no caso de incapacidade, a nomeação de curador.

## **2.2. DOS RECURSOS HUMANOS:**

**Cláusula 9ª:** A Compromissária compromete-se, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do presente TAC, apresentar recursos humanos, com vínculo formal de trabalho, que garantam a realização das seguintes atividades:

**Parágrafo primeiro:** Para a coordenação técnica, Responsável Técnico com carga horária mínima de 20 horas por semana;

**Parágrafo segundo:** Para os cuidados aos residentes:

a) Grau de Dependência I: um cuidador para cada 20 idosos, ou fração, com carga horária de 8 horas/dia;

b) Grau de Dependência II: um cuidador para cada 10 idosos, ou fração, por turno;

c) Grau de Dependência III: um cuidador para cada 6 idosos, ou fração, por turno;

**Parágrafo terceiro:** Para as atividades de lazer, um profissional com formação de nível superior para cada 40 idosos, com carga horária de 12 horas por semana;

**Parágrafo quarto:** Para serviços de limpeza, um profissional para cada 100,00 m<sup>2</sup> de área interna ou fração por turno diariamente;

**Parágrafo quinto:** Para o serviço de alimentação, um profissional para cada 20 idosos, garantindo a cobertura de dois turnos de 8 horas;

**Parágrafo sexto:** Para o serviço de lavanderia, um profissional para cada 30 idosos, ou fração, diariamente.

**Cláusula 10:** Caso a Compromissária possua profissional de saúde vinculado à sua equipe de trabalho, deve exigir registro desse profissional no seu respectivo Conselho de Classe, comprovando no prazo de 60 (sessenta) dias.

**Cláusula 11:** A Instituição deve realizar atividades de educação permanente na área de gerontologia, com objetivo de aprimorar tecnicamente os recursos humanos envolvidos na prestação de serviços aos idosos.

### **2.3. DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA:**

**Cláusula 12:** Toda construção, reforma ou adaptação na estrutura física realizada pela Compromissária deverá ser precedida de aprovação de projeto arquitetônico junto à autoridade sanitária local bem como do órgão municipal competente;

**Parágrafo primeiro:** A Compromissária deve atender aos requisitos de infraestrutura física previstos na Resolução – RDC 283/2005 da ANVISA, além das exigências estabelecidas em códigos, leis ou normas pertinentes, quer na esfera federal, estadual ou municipal e, normas específicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, **sendo estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para as adequações necessárias, a partir da assinatura do presente TAC.**

**Parágrafo segundo:** A Compromissária deverá oferecer instalações físicas em condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e garantir a acessibilidade a todas as pessoas com dificuldade de locomoção segundo o estabelecido na Lei n. 10.098/00 e NBR 9050/2015;

**Parágrafo terceiro:** Caso o terreno da Instituição de Longa Permanência para Idosos apresentar desníveis, deve ser dotado de rampas para facilitar o acesso e a movimentação dos residentes.

### **2.4. DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS:**

**Cláusula 13:** A Compromissária deverá manter instalações prediais de água, esgoto, energia elétrica, proteção e combate a incêndio, telefonia e outras existentes, em consonância com as exigências dos códigos de obras e posturas

municipais, assim como às normas técnicas brasileiras pertinentes a cada uma das instalações.

**Parágrafo único:** A Compromissária deve atender às seguintes exigências específicas:

A) Acesso externo - devem ser previstas, no mínimo, duas portas de acesso, sendo uma exclusivamente de serviço.

B) Pisos externos e internos (inclusive de rampas e escadas) - devem ser de fácil limpeza e conservação, uniformes, com ou sem juntas e com mecanismo antiderrapante.

C) Rampas e Escadas - devem ser executadas conforme especificações da NBR 9050/ABNT, observadas as exigências de corrimão e sinalização. A escada e a rampa acesso à edificação devem ter, no mínimo, 1,20m de largura.

D) Circulações internas - as circulações principais devem ter largura mínima de 1,00m e as secundárias podem ter largura mínima de 0,80 m; contando com luz de vigília permanente. a) circulações com largura maior ou igual a 1,50 m devem possuir corrimão dos dois lados; b) circulações com largura menor que 1,50 m podem possuir corrimão em apenas um dos lados.

E) Elevadores - devem seguir as especificações da NBR 7192/ABNT e NBR 13.994.

F) Portas - devem ter um vão livre com largura mínima de 1,10m, com travamento simples sem o uso de trancas ou chaves.

G) Janelas e guarda-corpos - devem ter peitoris de no mínimo 1,00m.

**Cláusula 14:** A Compromissária, no prazo de 180 (cento e oitenta dias) a contar da assinatura do TAC, adequará as suas instalações a fim de possuir os seguintes ambientes:

**Parágrafo primeiro:** Dormitórios separados por sexos, para no máximo 4 pessoas, dotados de banheiro.

a) Os dormitórios de 01 pessoa devem possuir área mínima de 7,50 m<sup>2</sup>, incluindo área para guarda de roupas e pertences do residente.

b) Os dormitórios de 02 a 04 pessoas devem possuir área mínima de 5,50m<sup>2</sup> por cama, incluindo área para guarda de roupas e pertences dos

residentes.

c) Devem ser dotados de luz de vigília e campainha de alarme.

d) Deve ser prevista uma distância mínima de 0,80 m entre duas camas.

e) O banheiro deve possuir área mínima de 3,60 m<sup>2</sup>, com 1 bacia, 1 lavatório e 1 chuveiro, não sendo permitido qualquer desnível em forma de degrau para conter a água, nem o uso de revestimentos que produzam brilhos e reflexos.

**Parágrafo segundo:** Áreas para o desenvolvimento das atividades voltadas aos residentes com graus de dependência I, II e que atendam ao seguinte padrão:

a) Sala para atividades coletivas para no máximo 15 residentes, com área mínima de 1,0 m<sup>2</sup> por pessoa;

b) Sala de convivência com área mínima de 1,3 m<sup>2</sup> por pessoa;

c) Sala para atividades de apoio individual e sócio-familiar com área mínima de 9,0 m<sup>2</sup>;

**Parágrafo terceiro:** Banheiros Coletivos, separados por sexo, com no mínimo, um box para vaso sanitário que permita a transferência frontal e lateral de uma pessoa em cadeira de rodas, conforme especificações da NBR9050/ABNT;

a) As portas dos compartimentos internos dos sanitários coletivos devem ter vãos livres de 0,20m na parte inferior;

**Parágrafo quarto:** Espaço ecumênico e/ou para meditação;

**Parágrafo quinto:** Sala administrativa/reunião;

**Parágrafo sexto:** Refeitório com área mínima de 1m<sup>2</sup> por usuário, acrescido de local para guarda de lanches, de lavatório para higienização das mãos e luz de vigília;

**Parágrafo sétimo:** Cozinha e despensa;

**Parágrafo oitavo:** Lavanderia, com local para guarda de roupas de uso coletivo e de material de limpeza;

**Parágrafo nono:** Almoxarifado indiferenciado com área mínima de 10,0 m<sup>2</sup>;

**Parágrafo décimo:** Vestiário e banheiro para funcionários, separados por sexo: a) Banheiro com área mínima de 3,6 m<sup>2</sup>, contendo 1 bacia, 1 lavatório e 1 chuveiro para cada 10 funcionários ou fração; b) Área de vestiário com



área mínima de 0,5 m2 por funcionário/turno;

**Parágrafo onze:** Lixeira ou abrigo externo à edificação para armazenamento de resíduos até o momento da coleta;

**Parágrafo doze:** Área externa descoberta para convivência e desenvolvimento de atividades ao ar livre (solarium com bancos, vegetação e outros). A exigência de um ambiente, depende da execução da atividade correspondente, sendo que os ambientes podem ser compartilhados de acordo com a afinidade funcional e a utilização em horários ou situações diferenciadas.

## **2.5. DOS PROCESSOS OPERACIONAIS:**

**Cláusula 15:** A Compromissária, no prazo de 180 (cento e oitenta dias) a contar da assinatura do TAC, elaborará plano de trabalho, que contemple o seguinte: Observar os direitos e garantias dos idosos, inclusive o respeito à liberdade de credo e a liberdade de ir e vir, desde que não exista restrição determinada no Plano de Atenção à Saúde; Preservar a identidade e a privacidade do idoso, assegurando um ambiente de respeito e dignidade; Promover ambiência acolhedora; Promover a convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência; Promover integração dos idosos, nas atividades desenvolvidas pela comunidade local; Favorecer o desenvolvimento de atividades conjuntas com pessoas de outras gerações; Incentivar e promover a participação da família e da comunidade na atenção ao idoso residente; Desenvolver atividades que estimulem a autonomia dos idosos; Promover condições de lazer para os idosos tais como: atividades físicas, recreativas e culturais e Desenvolver atividades e rotinas para prevenir e coibir qualquer tipo de violência e discriminação contra pessoas nela residentes.

**Parágrafo primeiro:** As atividades devem ser planejadas em parceria e com a participação efetiva dos idosos, respeitando as demandas do grupo e aspectos sócio-culturais do idoso e da região onde estão inseridos;

**Parágrafo segundo:** Cabe à Compromissária manter registro atualizado de cada idoso, em conformidade com o estabelecido no Art. 50, inciso XV, da Lei n. 1.0741 de 2003;

**Parágrafo terceiro:** A Compromissária deve comunicar à Secretaria Municipal de Assistência Social ou congênere, bem como ao Ministério Público, a situação de abandono familiar do idoso ou a ausência de identificação civil;

**Parágrafo quarto:** A Compromissária deve manter disponível cópia da Resolução - RDC 283/2005 da ANVISA para consulta dos interessados.

## **2.6. DA SAÚDE:**

**Cláusula 16:** A Compromissária deve elaborar, a cada dois anos, um Plano de Atenção Integral à Saúde dos residentes, em articulação com o gestor local de saúde, que deverá ter as seguintes características: Ser compatível com os princípios da universalização, equidade e integralidade; Indicar os recursos de saúde disponíveis para cada residente, em todos os níveis de atenção, sejam eles públicos ou privados, bem como referências, caso se faça necessário; prever a atenção integral à saúde do idoso, abordando os aspectos de promoção, proteção e prevenção; conter informações acerca das patologias incidentes e prevalentes nos residentes;

**Parágrafo primeiro:** A Compromissária deve avaliar anualmente a implantação e efetividade das ações previstas no plano, considerando, no mínimo, os critérios de acesso, resolubilidade e humanização;

**Parágrafo segundo:** A Compromissária deve comprovar, quando solicitada, a vacinação obrigatória dos residentes conforme estipulado pelo Plano Nacional de Imunização de Ministério da Saúde;

**Parágrafo terceiro:** Cabe ao Responsável Técnico - RT da Compromissária a responsabilidade pelos medicamentos em uso pelos idosos, respeitados os regulamentos de vigilância sanitária quanto à guarda e administração, sendo vedado o estoque de medicamentos sem prescrição médica;

**Parágrafo quarto:** A Compromissária deve dispor de rotinas e procedimentos escritos, referente ao cuidado com o idoso. Em caso de intercorrência médica, cabe ao responsável técnico providenciar o encaminhamento imediato do idoso ao serviço de saúde de referência previsto no plano de atenção e comunicar a sua família ou representante legal;

**Parágrafo quinto:** Para o encaminhamento, a instituição deve dispor de um serviço de remoção destinado a transportar o idoso, segundo o estabelecido no Plano de Atenção à Saúde.

## **2.7. DA ALIMENTAÇÃO:**

**Cláusula 17:** A Compromissária, desde a celebração do ajuste e permanentemente, deve garantir aos idosos a alimentação, respeitando os aspectos

culturais locais, oferecendo, no mínimo, seis refeições diárias;

**Parágrafo primeiro:** A manipulação, preparação, fracionamento, armazenamento e distribuição dos alimentos devem seguir o estabelecido na RDC n. 216/2004 que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação;

**Parágrafo segundo:** A instituição deve manter disponíveis normas e rotinas técnicas quanto aos seguintes procedimentos: a) limpeza e descontaminação dos alimentos; b) armazenagem de alimentos; c) preparo dos alimentos com enfoque nas boas práticas de manipulação; d) boas práticas para prevenção e controle de vetores; e) acondicionamento dos resíduos.

## **2.8. DA LAVAGEM, PROCESSAMENTO E GUARDA DE ROUPA:**

**Cláusula 18:** A instituição, desde a celebração do ajuste e permanentemente, deve manter disponíveis as rotinas técnicas do processamento de roupas de uso pessoal e coletivo, que contemple: a) lavar, secar, passar e reparar as roupas; b) guarda e troca de roupas de uso coletivo;

**Parágrafo primeiro:** A Instituição deve possibilitar aos idosos independentes efetuarem todo o processamento de roupas de uso pessoal;

**Parágrafo segundo:** As roupas de uso pessoal devem ser identificadas, visando a manutenção da individualidade e humanização;

**Parágrafo terceiro:** Os produtos utilizados no processamento de roupa devem ser registrados ou notificados na Anvisa/MS.

## **2.9. DA LIMPEZA:**

**Cláusula 19:** A Compromissária, desde a celebração do ajuste e permanentemente, deverá manter os ambientes limpos, livres de resíduos e odores incompatíveis com a atividade, devendo manter disponíveis as rotinas quanto à limpeza e higienização de artigos e ambientes;

**Parágrafo único:** Os produtos utilizados no processamento de roupa devem ser registrados ou notificados na Anvisa/MS.

## **2.10. DA NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA:**

**Cláusula 20:** A equipe de saúde responsável pelos residentes deverá notificar à vigilância epidemiológica a suspeita de doença de notificação compulsória, conforme o estabelecido no Decreto n. 49.974-A - de 21 de janeiro de 1961, Portaria N. 1.943, de 18 de outubro de 2001, suas atualizações, ou outra que

venha a substituí-la;

**Parágrafo único:** A instituição deverá notificar imediatamente à autoridade sanitária local, a ocorrência dos eventos sentinelas abaixo: - Queda com lesão; - Tentativa de suicídio.

#### **2.11. DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:**

**Cláusula 21:** A Compromissária deverá realizar a avaliação contínua do desempenho e padrão de funcionamento da Instituição, levando em conta os seguintes indicadores: Taxa de mortalidade em idosos residentes; taxa de incidência de doença diarreica aguda em idosos residentes; taxa de incidência de escabiose em idosos residentes; taxa de incidência de desidratação em idosos residentes; taxa de úlcera de decúbito e de desnutrição em idosos residentes;

**Parágrafo primeiro:** A periodicidade da avaliação deverá ser mensal;

**Parágrafo segundo:** Todo mês de janeiro a Compromissária deverá encaminhar à Vigilância Sanitária de Santo Amaro da Imperatriz o consolidado dos indicadores do ano anterior.

#### **2.12. DAS NORMAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO:**

**Cláusula 22:** A Compromissária compromete-se a promover e manter as instalações da Instituição adequadas às normas de segurança contra incêndio estabelecidas na legislação vigente e instruções normativas aplicáveis à espécie, a fim de obter o habite-se e, regularmente, o atestado de funcionamento pelo **Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina**.

**Parágrafo Único:** Considerando que Compromissária já conta com "Atestado de Habite-se" e "Atestado de Vistoria para Alvará de Funcionamento" válido para o exercício de 2021, a obrigação constante no *caput* refere-se aos anos subsequentes em que a instituição esteja em funcionamento.

#### **2.13. DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA – VISA:**

**Cláusula 23:** A Compromissário compromete-se, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da assinatura do presente TAC, a regularizar (sanar) todas as impropriedades pendentes e constantes no **Relatório de Inspeção n. 318235205074/21**, datado de 15 de março de 2021, da Vigilância Sanitária do Município de Santo Amaro da Imperatriz – VISA.

#### **2.14. ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES:**

**Cláusula 24:** Caso a Compromissária não venha a cumprir as obrigações acima estipuladas, além da multa constante da Cláusula 25, assume a obrigação de não fazer, consistente em encerrar imediatamente as atividades, informando as famílias e à Secretaria Municipal de Assistência Social, para que todos os direitos dos idosos sejam respeitados, em especial uma moradia digna.

#### **3. DA MEDIDA COMPENSATÓRIA:**

**Cláusula 25:** A Compromissária, como medida compensatória pelos danos provocados aos direitos tutelados pelo presente instrumento, compromete-se, ainda, a realizar o pagamento de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao FRBL (art. 8º do Assento N. 001/2013/CSMP), criado pela Lei Estadual n. 15.694/11, no prazo de 60 (sessenta) dias.

#### **4. DO DESCUMPRIMENTO:**

**Cláusula 26:** O descumprimento de quaisquer das Cláusulas e Parágrafos acima, implicará em multa diária à Compromissária, por obrigação/item descumprido, o valor de R\$ 100,00 (cem) reais.

**Parágrafo Único:** Além do pagamento da multa, o descumprimento ou violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará a execução do presente termo de compromisso de ajustamento de conduta, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público.

#### **5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**Cláusula 27:** O Ministério Público poderá, a qualquer tempo, com a devida anuência dos signatários, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, determinando outras providências que se fizerem necessárias, ficando autorizado, em qualquer hipótese, a dar prosseguimento ao Inquérito Civil eventualmente arquivado pelo Conselho Superior do Ministério Público, em decorrência deste instrumento.

**Cláusula 28:** As multas aplicadas serão convertidas ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados, mediante emissão de boleto bancário pela 1ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro da Imperatriz.

**Cláusula 29:** A Compromissária, disporá de 05 (cinco) dias úteis após o vencimento das obrigações previstas nas cláusulas anteriores para comprovar, perante esta Promotoria de Justiça, o cumprimento delas.

**Cláusula 30:** O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida coletiva ou individual, de cunho civil contra a Compromissária, no que diz respeito aos itens supra acordados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

**Cláusula 31:** O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

## **6. DO ARQUIVAMENTO:**

Diante da celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, o Ministério Público arquiva o **Inquérito Civil n. 06.2019.00004122-1** e comunica o arquivamento, neste ato, à Compromissária, com fundamento no artigo 48, inciso II, do Ato n. 0395/2018 da PGJ, salientando que, caso não concorde com o arquivamento efetuado, poderá apresentar razões escritas ou documentos para apreciação do Conselho Superior do Ministério Público até a sessão de julgamento, conforme estabelecido pelo artigo 50 do Ato n. 0395/2018/PGJ.

Santo Amaro da Imperatriz, maio de 2021.

[assinado digitalmente]

**CRISTINA ELAINE THOMÉ**  
Promotora de Justiça  
Compromitente

**MEIRE CRISTINA DOS SANTOS  
FONTANA**  
ILPI Lar Maricha Will  
Compromissária